

## A PARTICIPAÇÃO FEMININA NAS INDEPENDÊNCIAS LATINO-AMERICANAS

Clara Thaís Pereira de Andrade<sup>1</sup>

O texto “A participação das mulheres nas lutas pela independência política da América Latina” constitui o primeiro capítulo do livro “América Latina no século XIX: tramas, telas e textos”. Tal livro foi escrito pela historiadora Maria Lígia Coelho Prado e foi publicado originalmente em 1999 pela EDUSP/EDUSC, sendo reimpresso em 2014 pela EDUSP. Maria Lígia Coelho Prado é graduada em História pela Universidade de São Paulo (1971), possui mestrado em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP) (1974) e doutorado em História Social pela mesma instituição (1982). Ademais, Prado é professora titular de História da América Independente na FFLCH/USP, sendo eleita em 2012 professora emérita da instituição. Em 2016, foi pesquisadora emérita do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e presidente da Associação Nacional de Pesquisadores e Professores de História das Américas (ANPHLAC) do período de 1998 a 2000. Maria Lígia Prado é especialista em História da América Latina com ênfase nos trabalhos ligados aos campos da História Política, História da Cultura e História das Ideias, sendo responsável pela formação de vários pesquisadores da área. A coletânea de ensaios “América Latina no século XIX: tramas, telas e textos” aborda várias questões da América Latina do século XIX dentro dos campos da história das ideias políticas e da cultura, tais como as novelas publicadas no Brasil joanino, a produção pictórica relacionada às construções dos Estados-nacionais, as perspectivas de universidade e a participação política feminina nas lutas pelas independências latino-americanas, tema que analisaremos detalhadamente nesta resenha.

O ensaio tem como finalidade abordar a participação das mulheres nos processos de independência da América Latina. Inicialmente, Prado procura apontar através das biografias feitas na segunda metade do século XIX e primórdios do XX que as mulheres não estavam alheias às questões políticas, visto que elas tiveram uma participação bastante significativa nos processos de independência (2014, p. 33). Posteriormente, a autora analisa os variados discursos dos biógrafos, tendo em vista que a grande parte deles eram homens, procurando assim demonstrar como as visões masculinas desses escritores contribuíram para propiciar o apagamento das memórias das mulheres militantes e rebeldes (PRADO, 2014, p. 33). Nessa

---

<sup>1</sup> Graduanda em história na Universidade Federal Fluminense. E-mail: [clarathais@id.uff.br](mailto:clarathais@id.uff.br)

perspectiva, Prado discorre sobre as personagens femininas das lutas pelas independências latino-americanas, explicitando que os processos de independência da América espanhola foram mais prolongados, cerca de 10 a 15 anos, pois muitas vezes a vitória não era certa; ao contrário do Brasil, o qual passou por um processo de independência um pouco menor (2014, p. 33-34). Porém, isso não significa dizer que a independência do Brasil foi um processo pacífico. Pelo contrário, houve muitas guerras nas províncias, por exemplo, na Bahia onde a independência só foi proclamada em 1823.

Nesse sentido, a historiadora indica uma questão interessante: o fato de que as mulheres, e muitas vezes seus filhos, acompanhavam os maridos os quais eram soldados no exército. Muitas dessas mulheres trabalhavam, então, abastecendo as tropas, ou seja, cozinhando, lavando ou costurando em troca de alguma remuneração, já que não havia abastecimento regular para os soldados (PRADO, 2014, p. 34). Tal questão das mulheres acompanharem seus maridos no exército contrasta com a ideia que se tem de que geralmente o exército nessa época era composto exclusivamente por homens.

Outrossim, Prado analisa a atuação das mulheres-soldados que pegaram em armas para lutarem pela emancipação de seus territórios, como por exemplo no notável caso de Maria Quitéria, que se disfarçou de homem porque seu pai não deixara que se alistasse, para se juntar ao exército baiano na luta contra o general Madeira e defender a independência. Quitéria inclusive chegou a ser reconhecida por D. Pedro I com a ordem do Cruzeiro pelos seus atos bravos (PRADO, 2014, p. 35). Então percebemos que a existência de mulheres-soldados não era uma exceção. Pelo contrário, na América Latina muitas biografias apontam um número significativo de mulheres entrando para o exército como soldados para lutarem pela causa da emancipação (PRADO, 2014, p. 35). É claro que existiam muitos preconceitos em relação à essa figura da mulher-soldado. Conforme Prado aponta, muitas vezes essas personagens eram vistas como masculinizadas e fora de lugar se apropriando de qualidades geralmente atribuídas aos homens como coragem, sangue frio, entre outras (2014, p. 36).

No entanto, nem todas as mulheres as quais participaram das lutas pela independência tiveram que necessariamente esconder seu sexo. Como foram os casos de: Manuela Eras y Gandarillas e Josefa Montesinos, que participaram de várias ações armadas; Manuela Pedraza ou La Tucumana, a qual lutou com seu marido contra o ataque dos ingleses a Buenos Aires em 1806; María Remedios del Valle, que participava dos exércitos de San Martín no Peru; Evangelista Tamayo, que lutou seguindo as ordens de Bolívar e morreu com a patente de capitão

e Juana Azurduy de Padilla, a qual lutou junto com seu marido participando de 23 ações armadas e acompanhada das “las amazonas”, um grupo de mulheres que a seguiam nos combates (PRADO, 2014, p. 36-37). Os exemplos acima são apenas alguns dos apresentados no decorrer do texto.

Ademais, um outro tipo de participação que aparece nas biografias analisadas pela historiadora é a de messageiras, ou seja, mulheres as quais levavam informações para os rebeldes tendo em consideração que sua posição de mulher supostamente atraía menos suspeitas. Todavia, muitas foram descobertas e até condenadas à morte pelos realistas (PRADO, 2014, p. 40), por exemplo, a atuação de Policarpa Salavarrieta em Nova Granada. Salavarrieta era conhecida como “La Pola” e desde jovem tomou partido dos insurgentes. Ela trabalhava como costureira frequentando assim a casa de muitos realistas, colhendo informações e as repassando aos rebeldes. No entanto, em 1817 Policarpa Salavarrieta morreu fuzilada na praça principal de Bogotá (PRADO, 2014, p. 40). No Chile, havia María Cornelia Olivares que realizava discursos sobre a liberdade em praça pública e em salões. Acabou sendo presa pelos realistas, teve sua cabeça raspada e foi exposta na praça principal de Chilán a “vergonha pública” (PRADO, 2014, p. 42).

Entretanto, mesmo que as biografias falem mais acerca das mulheres de classes mais altas, as pobres e mestiças também participaram das lutas pelas independências latino-americanas (PRADO, 2014, p. 42). Prado cita o exemplo de Simona Josefa Manzaneda, nascida em La Paz, a qual teve papel ativo na revolta de La Paz em 1809 pela independência (2014, p. 42). Simona foi presa e depois levada a julgamento sumário no qual teve uma morte desumana: nua e com a cabeça raspada, foi exibida nas ruas montada num burrico e posteriormente fuzilada pelas costas em praça pública. Segundo Maria Lígia Prado, esse castigo tão repugnante estava provavelmente ligado à sua condição de mestiça e pobre (2014, p. 43).

Cabe ressaltarmos ainda a figura de Maria Felipa, conhecida como a heroína negra da independência da Bahia a qual participou das lutas pela emancipação baiana liderando a resistência popular aos portugueses na ilha de Itaparica (SANTOS, 2014, p. 30; 2010, p. 108). Apresentou-se em junho de 1822 como voluntária na batalha contra a presença lusitana, atuando como enfermeira e líder de um contingente expressivo de mulheres e homens de diferentes classes e etnias (SANTOS, 2014, p. 30; 2010, p. 109). Maria Felipa e suas seguidoras ajudaram a incendiar diversas embarcações, contabilizam-se por volta de 42 (SANTOS, 2014, p. 30; 2010, p. 109). Em 7 de janeiro de 1823, Felipa e cerca de 40 mulheres negras e indígenas

armadas com peixeiras e galhos de cansaço realizavam a defesa das praias atacando os portugueses que tentavam invadir as localidades, e posteriormente colocaram fogo nas embarcações utilizando tochas de palha de coco e chumbo (KRAAY, 2015; REZZUTTI, 2018, p. 113; SANTOS, 2014, p. 30; SANTOS, 2010, p. 109). Pouco se sabe ainda acerca da figura de Maria Felipa, posto que existem muitas dúvidas sobre a data de seu nascimento, se era escravizada liberta ou se já nasceu livre, porém esta última alternativa parece ser a mais provável, segundo explica Santos, “já que se ofereceu como voluntária para espionar as tropas portuguesas e pela sua liderança na resistência” (2010, p. 109). Depois de passar mais de 180 anos esquecida pela história oficial da independência baiana, a trajetória e feitos de Maria Felipa estão sendo recuperados através de estudos sobre a tradição oral de Itaparica, na qual a heroína negra da independência sempre permaneceu viva (KRAAY, 2015; SANTOS, 2010, p. 108-109).

Além das biografias escritas em sua maioria por homens, Prado recorre à coleção de panfletos chilenos publicados no período das guerras pela independência na The John Carter Brown Library (2014, p. 43). Sob esse aspecto, a pesquisadora observa que havia uma certa necessidade de se convencer as mulheres acerca da relevância da “causa patriótica”, ou seja, surgia um questionamento “a independência era, na concepção dos contemporâneos da época, um negócio de homens do qual as mulheres deveriam ficar apartadas?” (2014, p. 43). No México, por exemplo, foram encontrados manifestos em jornais nos quais mulheres eram convocadas a participar do movimento pela independência (PRADO, 2014, p. 45).

Ao longo de sua pesquisa documental nas biografias escritas por homens, Maria Lígia Prado observa que geralmente existe uma linguagem utilizada a qual nos remete ao retrato de uma mulher idealizada, construída como uma espécie de exemplo para as gerações contemporâneas (2014, p. 45). É curioso notar que as ações femininas eram sempre dotadas dos chamados “apelos do coração”, isto é, nessas narrativas “as mulheres eram sempre tomadas por um sentimento de paixão que as empurrava para as trilhas da insurreição” (PRADO, 2014, p. 46). Dessa forma, as mulheres eram vistas como seres que se moviam no campo das emoções e não no da racionalidade, o que supostamente fazia com que elas se sacrificassem e agentassem todo o sofrimento necessário se no final fosse alcançada a liberdade da pátria (PRADO, 2014, p. 46-47). Nessa lógica ainda, Prado destaca que as mulheres teriam uma espécie de desapego material pelas honrarias públicas e bens materiais (2014, p. 47). Além disso, as biografias mostram que era de certa forma aceitável que as mulheres participassem

ativamente dos conflitos políticos, porque era tida como uma causa justa. Porém, é importante ressaltar que quando alcançado o objetivo de libertação da pátria elas deveriam retornar a vida doméstica e da família, ou melhor, para o seu espaço “natural”, a vida privada (PRADO, 2014, p. 47).

Outra questão constante era a da mulher nunca ser retratada sozinha, sempre aparecia envolvida por vários membros da família. Na linguagem da época, família e nação eram conceitos bem aproximados, o que fazia com que a nação fosse vista como uma família. Por exemplo, os maridos possuíam uma função importante, porque muitas vezes suas esposas eram convertidas “à causa pelo exemplo masculino, acompanhando-os nas situações mais adversas e perigosas” (PRADO, 2014, p. 48).

De acordo com Prado, a participação das mulheres nas lutas pela independência na América Latina demonstra que, apesar de serem consideradas rebeldes, pois agiam fora das regras das metrópoles e da Igreja, nas biografias analisadas pela historiadora acontece um fenômeno de domesticação dessas mulheres que são transmutadas, após os conflitos pela libertação da opressão colonial, em modelos de esposa e mãe, ou seja, de padrão de bom comportamento (2014, p. 50-51). Assim, os biógrafos tiram essas mulheres do espaço público onde se deu sua atuação política para as colocarem no espaço privado tido como o “lugar da mulher” (PRADO, 2014, p. 51). Logo, essas mulheres são destituídas de seus espíritos insurgentes para virarem personagens idealizadas e regidas de uma ética católica a qual acompanhava suas ações nos campos de batalha, mesmo que na época seus comportamentos fossem tidos como absolutamente contrários à posição oficial da hierarquia da Igreja. Contudo, suas ações acabaram por serem sacralizadas por meio de uma linguagem religiosa que as colocava como seres dotados de uma peculiar superioridade (PRADO, 2014, p. 47). Pouco foi feito para que essas mulheres fossem reconhecidas oficialmente como fundadoras da pátria ao lado dos homens. Não foram instituídas muitas homenagens públicas e nem datas nacionais de comemoração. Ao contrário, suas narrativas são colocadas em esquecimento muitas vezes e quando são reconhecidas são transformadas em grande parte em símbolos religiosos, como as “Nossas Senhoras” (PRADO, 2014, p. 49-50). Como aponta Prado:

Em toda a América Latina, o número de mulheres que pegou em armas é surpreendente; mas a maneira mais usual de atuar se concretizava por meio de uma rede de conhecimentos e lealdades - que incluía os empregados domésticos das pessoas mais ricas - em que passavam informações, espalhavam notícias, escondiam fugitivos dos realistas, cuidavam dos feridos, financiavam armamentos ou compravam até mesmo máquinas tipográficas, ou por meio de encontros em salões (das mulheres

mais abastadas) onde se discutia política”. Enfim, uma teia em que as mulheres tiveram um papel fundamental, arriscando-se e sendo muitas vezes perseguidas e punidas com a prisão ou a morte. (PRADO, 2014, p. 49).

Portanto, é fundamental observarmos que houve participação feminina nas lutas pela independência na América Latina, e que o texto de Maria Lígia Prado é essencial em dois pontos fundamentais. Primeiramente, para termos uma dimensão da quantidade de mulheres que se envolveram com as guerras pela libertação de suas pátrias; e em segundo lugar, para nos questionarmos o porquê de as narrativas dessas mulheres serem postas ao esquecimento enquanto celebramos, por exemplo no caso brasileiro, no dia 7 de setembro os chamados grandes heróis nacionais como D. Pedro I. Por fim, o capítulo parece ser uma ótima porta de entrada para despertar o interesse daqueles que resolverem pesquisar sobre a atuação feminina nas independências latino-americanas, porque apresenta uma linguagem acessível e as fontes utilizadas pela historiadora são interessantes para se estabelecer uma série de debates, levando em consideração que as biografias citadas no ensaio são escritas por homens os quais escrevem acerca de suas percepções na época sobre essas mulheres.

## REFERÊNCIAS

- KRAAY, Hendrik. A Independência delas: Na Bahia, a luta pela emancipação do Brasil mudou a vida de muitas mulheres, dentro e fora do campo de batalha. **Revista de História da Biblioteca Nacional**: Mulheres em conflitos, n. 117, jun. 2015.
- PRADO, Maria Ligia Coelho. **América Latina no século XIX**: tramas, telas e textos. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2014, p. 29-52.
- REZZUTTI, Paulo. **Mulheres do Brasil**: A história não contada. Rio de Janeiro: LeYa, 2018.
- SANTOS, Lucas Borges dos. Maria Felipa de Oliveira. **Revista Virtual Resgate da Memória**: Dois de Julho, Salvador, ano 1, n. 2, p. 30-33, jul. 2014.
- SANTOS, Miriam. **Las Mujeres en la Independencia de América Latina**: As mulheres nas lutas pela Independência do Brasil: contestando a História Oficial. [S.l.]: CEMHAL, p.105-111, dez. 2010.